

**COMPORTAMENTO AMBIENTAL DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO:  
PERCEPÇÃO E HÁBITOS DE CONSUMO**

**ÁREA TEMÁTICA:** SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA:** SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**TÍTULO:** COMPORTAMENTO AMBIENTAL DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÃO E HÁBITOS DE CONSUMO

## **Resumo**

Ultimamente as questões ambientais estão cada vez mais presentes nos meios de comunicação, tendo em vista a relação da sociedade com o consumo predatório dos recursos naturais. Um dos problemas mais visíveis desse consumo é a geração de toneladas de resíduos sólidos anuais que muitas vezes são descartados de forma inadequada, bem como, a utopia de que os recursos naturais são infinitos. Portanto a pesquisa é norteada pelo seguinte problema: Qual o grau de percepção ambiental e consumo consciente dos jovens? Uma vez que eles se tornarão consumidores mais ativos, influenciarão o sistema produtivo, o meio social e ambiental, sendo relevante o conhecimento desses graus. A metodologia do presente estudo foi descritiva e exploratória. Em relação aos resultados, foi possível identificar os aspectos socioeconômicos e os graus de percepção ambiental e consumo consciente.

**Palavras-chave:** Percepção Ambiental. Consumo Consciente. Meio Ambiente. Meio Ambiente e Sociedade.

## **Abstract**

Lately, environmental issues are increasingly present in the media, in view of society's relationship with the predatory consumption of natural resources. One of the most visible problems with this consumption is the generation of tons of solid annual waste that are often inadequately disposed of, as well as the utopia that natural resources are infinite. Therefore, the research is guided by the following problem: What is the degree of environmental perception and conscious consumption of young people? Since they will become more active consumers, they will influence the production system, the social and environmental environment, and the knowledge of these degrees is relevant. The methodology of the present study was descriptive and exploratory. Regarding the results, it was possible to identify the socioeconomic aspects and the degrees of environmental perception and conscious consumption.

**Keywords:** Environmental Perception. Conscious Consumption. Environmental. Environmental and Society.

## 1 INTRODUÇÃO

É sabido que a humanidade desde os tempos remotos já utilizava os recursos naturais para sobrevivência, contudo, a postura do homem que era no início “de respeito e reciprocidade, com o decorrer dos tempos, tornou-se antropocêntrica, dominadora e predatória, principalmente com o início da modernidade”, segundo Moraes (2015, p.17). Com isso, vive-se num período em que as questões ambientais se tornam mais explícitas em vistas dos eventos que degradam o meio ambiente de forma parcial ou completa, fatos estes que passaram a ser divulgados quase que de modo corriqueiro pela mídia. Demonstrando-se que não há tomada de decisões de forma consistente quanto às questões ambientais e estas são tratadas “como se fossem apenas uma perturbação momentânea, fragmentada e sem contornos definidos, ao passo que implicam a transgressão da lógica profunda que condiciona toda a organização das sociedades contemporâneas”, como diz Magera (2013, p.17).

Além dos eventos que degradam o ambiente, como o descarte inadequado dos resíduos, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRAPEL) numa pesquisa realizada em 2017 foram coletados 71,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, destes, 29 milhões de toneladas foram destinados a locais que não possui uma estrutura adequada, como os lixões ou aterros controlados, para o evitar danos ambientais. Têm-se também o ponto que diz respeito ao uso indiscriminado dos recursos naturais, onde há a utopia de que estas fontes de matérias-primas irão durar pela eternidade.

Nisso, é necessário estar atento ao comportamento de consumo das pessoas, vale ressaltar que os “adolescentes procuram adotar marcas distintivas como forma de compor sua identidade grupal. Roupas, formas de linguagem verbal, preferência por certos tipos de músicas e ídolos compõem esse repertório identitário”, segundo Brandalise (2006, p. 44). O comportamento é influenciado por fatores motivacionais, estas se caracterizam como um agrupamento de motivos que influenciam as pessoas a se comportarem de determinada maneira, as razões que influenciam os indivíduos a ter uma ação são aquelas que estão relacionadas às necessidades humanas que, ao mesmo tempo que podem criar padrões de comportamento, são variantes de pessoa para pessoa, de acordo com De Oliveira (2009). Outro ponto importante a ser destacado, refere-se à percepção que é “mediada por interesses econômicos, políticos, ideológicos e ocorre num determinado contexto social, político, espacial e temporal” (BRANDALISE, 2006, p. 11).

Têm-se pesquisas sobre a questão da Percepção Ambiental de microempreendedores, (FUJIHARA et al., 2017), aplicação do Tourism Ecological Footprint Method para avaliação dos Impactos Ambientais do Turismo em Ilhas, (FEITOSA; GOMEZ, 2013), Percepção Ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano, (MELAZO, 2005), Educação Ambiental e consumerismo em unidades de ensino fundamental de Viçosa-MG, (SERRANO, 2003), A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental, (BRANDALISE et al., 2009), Ecological footprint method como ferramenta para avaliar o perfil do consumo consciente (GÓMEZ et al., 2009), bem como, Gaste com moderação: um estudo sobre o comportamento do jovem adulto universitário de classe C frente ao discurso do consumo consciente do dinheiro e do crédito, (MATTOSO, FERREIRA, 2012).

Nota-se que há uma lacuna em uma pesquisa direcionada ao público estudantil do Ensino Médio, com isso, a pesquisa será norteadada pelo seguinte problema: Qual o grau de percepção ambiental e consumo consciente dos jovens? Já no que diz

respeito ao objetivo, este será identificar os hábitos e comportamentos dos estudantes do ensino médio em relação à preservação ambiental.

Esta pesquisa se justifica pela emergente necessidade de se conhecer a percepção ambiental e os comportamentos dos jovens quanto ao meio ambiente, que no mais tardar se tornarão consumidores mais ativos, o qual haverá influências no meio social, ambiental e empresarial, portanto, é oportuno saber se eles serão os “protagonistas na condução de um desenvolvimento sustentável e na garantia de um mundo melhor”, como diz (LIMA et al., 2015, p. 98).

Optou-se pela pesquisa quantitativa, porque, é possível entender a realidade através do uso de dados brutos, além da utilização de instrumentos padronizados. Pelo tema, a natureza da pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, tendo como sujeitos os estudantes do terceiro ano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (PI) por serem predominantemente jovens e que muitos não possuem trabalho oficial, nisto, procurou-se identificar qual o tipo de comportamento eles têm referente ao meio ambiente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico está dividido nos seguintes temas centrais: consumo consciente, percepção e educação ambiental.

### **2.1 CONSUMO CONSCIENTE**

A evolução do debate referente à produção e consumo foi através da criação da Agenda 21, no ano de 2002, esse documento visa estabelecer um importante passo na questão da preservação ambiental, social, institucional e econômica através da criação de um projeto que contemple o desenvolvimento sustentável do Brasil. A Agenda 21 está dividida em quatro dimensões: geoambiental, social, econômica, político institucional e da informação e do conhecimento, segundo Bezerra, Facchina, Ribas (2002).

No entanto, o aumento da população mundial acarreta numa necessidade de disposição maior dos recursos naturais para suprir as necessidades dos indivíduos. Têm-se também o fato de que com o desenvolvimento da tecnologia e conseqüentemente produtos mais diversificados e únicos atraem a atenção das pessoas em consumi-los frequentemente, além disso, há a obsolescência programada, que é caracterizada pela vida útil de funcionamento de aparelhos eletrônicos, por exemplo. Vale frisar que o consumo é uma prática fundamental, afinal, as pessoas precisam se alimentar, vestir-se, ter acesso à internet, capacitar-se, o que interfere no equilíbrio ambiental é o fato das pessoas terem hábitos de consumo predatórios ao adquirirem bens que não necessitam e que muito provavelmente não serão usufruídos, caracterizando, assim, por um ato de consumismo e não de consumo, segundo (NOGUEIRO; CLARO, 2012; BORELLI; HEMAIS; DIAS, 2012 e De OLIVEIRA; CORREIA; GOMEZ, 2014).

Tem-se também que é pelo modo do consumo que os indivíduos podem “...expressar suas identidades, a partir de uma contribuição ativa que lhes proporcione um argumento identificado como seu, sem ser apenas uma mera apropriação de algo que já existe”, conforme (De OLIVEIRA; CORREIA; GOMEZ, 2016, p. 64), com isso, os recursos naturais correm o risco de se tornarem extintos ou de difícil acesso, tais como solos férteis, recursos hídricos e até mesmo o oxigênio que é fundamental à sobrevivência estão ameaçados. Tudo isso em vista da poluição do ar emanada pelas

indústrias, automóveis, entre outros. Nesse cenário, é imprescindível que os cidadãos tenham consciência dos impactos negativos ao meio ambiente, bem como, à comunidade, segundo Coltro e Kruglianskas (2006). A conscientização deve ser focada, especialmente, nos “jovens, os quais podem ser protagonistas na condução de um desenvolvimento sustentável e na garantia de um mundo melhor), de acordo com Lima et al. (2015, p. 99).

Nessas perspectivas, os consumidores necessitam mudar os hábitos e as práticas de consumo a fim de causar menos impactos ambientais e sociais negativos, ou seja, fala-se de uma nova postura, criação de uma cultura que será regida por uma modificação no estilo de vida direcionado à prática do consumo consciente, consoante Bierwagen (2016) e Lima et al. (2015). O consumo consciente se refere “a um modo de vida que valoriza a responsabilidade ambiental, que considera os impactos que um produto pode exercer sobre o meio ambiente, onde o foco está em preservar e manter um meio social com maior qualidade de vida (DE TONY; LARENTIS; MATTIA, 2012, p. 117), como argumenta (BACHA; STREHLAU; SCHAUN, 2011, p. 70.) ao dizer que o consumo consciente é “a prática humana que considera seus impactos sobre o meio, como o resultado de um processo de reflexão baseado em um sentimento de pertencimento, nos quais suas ações estão direcionadas para a busca de resultados coletivos”.

## **2.2 PERCEPÇÃO**

A princípio, segundo Davidoff (2001, p. 147), “o complexo processo perceptivo depende tanto dos sistemas sensoriais quanto do cérebro. Nosso corpo é equipado com sistemas especializados de coleta de informações, denominados sentidos ou sistemas sensoriais [...]”. Vale ressaltar que a percepção e a sensação se tratam de elementos distintos, com isso, far-se-á a diferenciação entre eles. A sensação se caracteriza como um mecanismo no qual é possível obter, através dos órgãos do sentido, uma dimensão da realidade, conforme Braghirolli et al. (2010).

A percepção é “o processo de organização e interpretação dos dados sensoriais (sensações) para desenvolver a consciência do meio ambiente e de nós mesmos. A percepção envolve interpretação; a sensação, não”, segundo Davidoff (2001, p. 141). Vale pontuar que “sentir e perceber são, na realidade, um processo único, que é o da recepção e interpretação de informações”, conforme Segundo Braghirolli et al. (2001, p. 83), ou seja, é por meio da percepção que as pessoas irão ordenar os estímulos obtidos pelos órgãos sensoriais e que foram obtidos pela exposição de um determinado ambiente. Além disso, a percepção “supõe sensações acompanhadas dos significados que lhes atribuímos como resultado da nossa experiência anterior. [...] o que lhe confere significado (mecanismo de interpretação de informações)”, conforme Braghirolli et al. (2010, p. 84).

Essa percepção, que ocorre de forma particular em cada indivíduo, serve como um elemento que pode influenciar no comportamento das próprias ações deste e apesar dos mesmos sentidos serem usados pelas pessoas, há uma diferenciação no que diz respeito a escolha de critérios de como interpretar o mundo, conforme Kotler e Armstrong (2015).

## **2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)**

Desde os primórdios a sociedade humana interfere no meio ambiente, contudo, a forma como essa interferência está sendo exercida, nos últimos anos, vem se

tornando numa uma situação alarmante e ofensiva, tanto para o meio ambiente, quanto para os indivíduos que dela usufruem dos recursos disponíveis. Têm-se também como agravante a pressão que a sociedade exerce no que tange ao consumo de produtos e serviços, que se uma determinada pessoa não possuir a última versão de um smartphone popular, por exemplo, ela é considerada ultrapassada. Nisso há a contribuição para o estabelecimento de padrões de consumo desnecessários, conforme (DUARTE et al., 2015 e DIAS, 2004). Nota-se que “no presente há setores da sociedade que se identifica com uma modalidade de relação com o mundo natural em que este é reduzido a uma força motriz ou matéria-prima a ser explorada, conforme um ideal de desenvolvimento e progresso”, segundo Carvalho (2008, p. 105).

A consciência das problemáticas ambientais que têm a capacidade de interferirem de forma direta ou indiretamente, no decorrer da vida das pessoas, possibilitaram as discussões referentes a educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável através da mobilização dos governos e da sociedade civil. Os maiores destaques das ações voltadas para educação ambiental foram nos anos setenta, pois, começou a se atribuir um “conjunto de ações, entidades e movimentos que se nomeiam ecológicos ou ambientais e, no plano governamental, uma estrutura institucional voltada para regulação, legislação e controle das questões do ambiente”, segundo Carvalho (2008, p. 49). No ano de 1972 foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano sediada na cidade de Estocolmo, Suécia.

Houve a participação de 113 países nessa conferência, sendo que a intenção desta foi de “estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e a melhoria do ambiente humano”, em conformidade com Dias (2004, p. 79). Ainda na conferência de Estocolmo ficou estabelecido 26 princípios, dentre os quais, estabeleceu-se a necessidade de abordar a questão da educação ambiental, como diz o princípio 19: é primordial que sejam direcionados esforços no que diz respeito ao ambiente, sendo que, a Educação Ambiental deve ter como público-alvo os jovens, bem como, os adultos. É relevante mencionar o direcionamento de atenção às pessoas que estão num contexto de vulnerabilidade socioeconômica a fim de gerar uma postura crítica e pessoas informadas, sem excluir o comportamento de cada indivíduo, das organizações e das sociedades na intenção destas estarem cientes da responsabilidade pelos cuidados e oferecer mais qualidade contínua do meio ambiente, levando em consideração os aspectos da dimensão humana, (BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS DA USP, 2019).

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), três anos após a conferência de Estocolmo, realizou a Conferência de Belgrado (1975), na ex-Iugoslávia. Nessa conferência foram estabelecidos metas e objetivos ambientais, dentre elas, a meta de educação ambiental que visa o estabelecimento de uma maior sensibilidade e compreensão em relação ao meio ambiente e aos problemas que o afeta, bem como, “conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos”, (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 2).

No ano de 1977 houve a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental sediada em Tbilisi-Geórgia, ex-URSS. Foram estabelecidas recomendações, finalidades, categorias de objetivo, princípios e estratégia de desenvolvimento básicos da Educação Ambiental. Atenta-se à primeira recomendação que fala da interferência dos problemas ambientais na vida das

pessoas, a relevância da educação como ferramenta de entendimento dos eventos ambientais, bem como, parâmetros a fim de possibilitar um norteamento para o desenvolvimento ambiental tanto local, quanto internacionalmente.

Nota-se também que a Educação Ambiental se trata da interdisciplinaridade e do trabalho de reorientar as pessoas, além de “experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais”, conforme Dias (2004, p. 107). Segundo este mesmo autor, as finalidades da Educação Ambiental são: 1. Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, 2. Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente, e 3. Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente. Vê-se que os pontos-chaves da EA são as mudanças de consciência, atitude e comportamento.

Já no que diz respeito à EA no contexto brasileiro, uma das principais políticas públicas criadas foi o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), em 1984. Vale lembrar que só porque esse programa é de âmbito nacional não significa que somente o Poder Público Federal possui a obrigação de pô-lo em prática, mas também, faz-se necessário destacar a corresponsabilidade de todos (Estados, Municípios, cidadãos, entre outros) na execução, fiscalização e avaliação do mesmo, (PRONEA, 2005). As atividades desta política pública estão direcionadas para:

[...] assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida. (PRONEA, 2005, p. 33).

Além desse programa, pode-se citar a Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999 que diz respeito à EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. No primeiro artigo dessa lei a EA é conceituada como várias atividades pelas quais “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”, (Lei nº 9.795, 1999, p. 1). Nessa lei há a divisão da educação ambiental em formal, que é realizada nas esferas de ensino público e particular, e a informal são, que são “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, (Lei nº 9.795, 1999, p. 4). Vale lembrar que a EA “fomenta a sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental”, condizente com Carvalho (2008, p. 79).

De forma geral a EA se trata de uma sucessão de etapas que tem a finalidade de diminuir a visão predatória que uma grande parte das pessoas do globo terrestre possuem a respeito do meio ambiente, através da conscientização que possibilita uma maior sensibilidade na questão do uso dos recursos naturais, os problemas ambientais gerados por estes, isto é, “[...] uma população que tenha conhecimento, competência, motivação e engajamento, que possa trabalhar de maneira individual e coletiva a fim de resolver os problemas atuais e, ao mesmo tempo, impedir que se repitam”, conforme Lucca e Brum (2013, p. 34). Como diz Aldo e Guilhermina (2012,

p. 308) a EA deve dirigir a educação “na abordagem ambiental para favorecer a conscientização ambiental em qualquer ambiente humano, para gerar uma preocupação que se torna um compromisso de fazer algo pelo meio ambiente, exigindo uma ação, individual e coletiva, em qualquer escala”. Vale ressaltar que Silva e Maracajá (2012, p. 275) pontuam que “mediante as ações de conscientização e sensibilização promovidas pela EA, os seres humanos perceberão que a conservação do meio ambiente é a melhor alternativa para um futuro saudável e com qualidade de vida.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa possui a abordagem quantitativa através da utilização de questionários, estes se caracterizam como um conjunto organizado de questões, bem como, é um meio mais utilizado para fazer a coleta de dados, segundo (APPOLINÁRIO, 2016 e CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2007). Em se tratando de natureza, ela é descritiva porque “procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e suas características”, como dizem Cervo, Bervian e Da Silva, (2007, p. 61), e exploratória, pois, ela procura uma maior agregação de informações sobre a área ao qual o pesquisador se limitou, mas também, conhecê-lo de forma mais íntima ou adquirir uma nova visão desse fenômeno e possibilitar a descoberta de novas concepções, segundo os autores anteriormente citados.

Os dados foram tabulados pelo Microsoft Excel 2013 e o grau de percepção ambiental e consumo consciente foram realizados pela escala VAPERCOM (VA=Variável Ambiental, PER= Percepção, COM= Comportamento de compra). Inicialmente se faz a somatória das respostas e uma disposição dos pesos de cada conjunto, que no caso do artigo foram duas: percepção ambiental e consumo ecológico. “As questões são tabuladas multiplicando o número de vezes de cada resposta **(a)** pela respectiva pontuação a ela atribuída **(b)**. Somam-se todos os resultados **(c)** e divide-se o mesmo pelo número de questões relacionadas à percepção ecológica **(d)**”, conforme Brandalise (2006, p. 123). Os valores utilizados nas afirmações para classificá-las foram: A (Concordo totalmente - CT) =4, B (Concordo Parcialmente - CP) = 3, C (Neutro -NEU)= 2, D (Discordo parcialmente - DP) =1 e E (Discordo Totalmente - DT) = 0.

### **4 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Foram aplicados 109 questionários num universo de 115 alunos do terceiro ano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. O período de aplicação foram nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2020, com os estudantes dos cursos técnicos de Meio Ambiente, Informática, Eletromecânica e Edificações.

#### **4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS**

Obteve-se que 57,80% se identificaram com o gênero “Homem” e 42,20% como “Mulher”. No que se refere à idade dos sujeitos, 68,81% se concentraram em 16-17 anos, 22,02% marcaram entre 18-19 anos, 6,42% corresponderam a 14-15 anos, 1,83% assinalou ter 20-21 anos e 0,92% evidenciou ter mais de 21 anos.

Em relação à renda familiar notou-se que: 44,95% possuem uma renda acima de 1 salário mínimo (R\$ 1.046,00) e abaixo de 2,5 salários (R\$ 2.612,00), 33,94% tem

até 1 salário mínimo (R\$ 1.045,00), 12,84% recebem acima de 2,5 salários mínimos (R\$ 2.613,00) e abaixo de 4 salários mínimos (R\$ 4.180,00), 6,42% correspondem acima de 5,5 salários mínimos (R\$ 5.748,50) e 1,83% elencou que a renda familiar é acima de 4 salários mínimos (R\$ 4.181,00) e abaixo de 5,5 salários mínimos (R\$5.747,50). O próximo tópico diz respeito ao cálculo para determinar o grau de percepção ambiental.

## 4.2 GRAU DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O Quadro 1 abaixo demonstra os dados coletados no que tange aos comportamentos, percepção dos alunos e o somatório das respostas para utilização da escala criada por Brandalise (2006).

**Quadro 1: Frequência Das Respostas Sobre Percepção Ambiental**

PERCEPÇÃO AMBIENTAL	1 DT	2 DP	3 NEU	4 CP	5 CT
1. Antes de descartar algo no lixo, eu penso em como poderia reutilizá-lo	12	11	28	35	23
2. Eu separo o lixo que pode ser reciclado (papel, plástico, alumínio, vidro, metais) e os coloco para coleta	26	15	24	21	23
3. Eu apago as luzes, desligo TV, aparelho de som, ventilador / aquecedor quando saio do ambiente	3	4	5	17	80
4. Eu procuro não deixar a torneira aberta ao escovar os dentes e/ou quando estou me ensaboando	6	3	6	18	76
5. Eu evito imprimir coisas desnecessárias	4	8	15	17	65
6. Considero importante o debate sobre problemas ambientais na sociedade em geral	1	1	11	15	80
7. Considero importante as ações de prevenção dos problemas ambientais atuais	1	1	6	6	94
8. Atualmente, vivemos uma grave crise ambiental com sérios problemas ligados à escassez de recursos e à extinção de espécies vegetais e animais que comprometem a qualidade de vida do homem	0	1	8	18	82
9. Reconheço que minha cidade tem produzido mais lixo ultimamente	3	2	22	28	54
10. Identifico que minha cidade possui problema de poluição dos rios, lagos e outras fontes de água	4	6	11	29	59
11. Percebo que minha cidade possui problema de poluição do ar	3	15	34	28	29
12. Reconheço que onde moro há desmatamento e/ou queima de florestas	9	9	21	27	43
13. Minha cidade possui problema de Falta de saneamento	5	5	18	26	55
14. Minha cidade possui problema de desperdício de água	1	4	23	33	48
15. Sinto que a temperatura em minha cidade tem se elevado ultimamente	7	4	13	22	63
16. Minha cidade possui problema de poluição sonora	6	14	33	27	29
17. Tenho conhecimento de que na minha cidade há problemas envolvendo a extinção de espécies de animais/plantas	11	20	49	15	14

18.Minha cidade possui problema de desperdício de energia	7	4	42	31	25
19.Admito que minha cidade deveria investir mais no plantio de mudas, árvores e ampliar as áreas verdes	2	2	6	10	89
20.Percebo que falta conscientização da população para as questões ambientais	1	0	11	16	81
21.Vejo que a minha cidade possui muitos terrenos baldios	0	2	18	25	64
22.Minha cidade possui problema de consumo exagerado de sacolas plásticas	2	1	10	14	82
TOTAL	E=114	D=132	C=414	B=478	A=1258

Fonte: Brandalise, 2006, p. 175-176; Palma, 2005, p. 68-69; Brasil, 2012, p.25.

A seguinte Tabela 1 transparece a soma e a organização dos pesos das respostas provindas das questões de 1 a 22.

**Tabela 1: Alocação De Pesos E Elaboração Do Grau De Percepção Ambiental**

(a) Nº DE RESPOSTAS	(b) VALORES	(aXb) RESULTADO
A=1258	4	5032
B=478	3	1434
C=414	2	828
D=132	1	132
E=114	0	0
( c ) SOMA DOS RESULTADOS		7426
( d ) Nº DE QUESTÕES		2398
( e=c/d) RESULTADO		3,09

Fonte: Brandalise, 2006, p. 123.

Após a obtenção do resultado, que foi o número 3,09, e comparação com a escala criada por Brandalise (2006), pôde-se constatar que os sujeitos da pesquisa possuem percepção ambiental e eles estão próximos de possuir alta percepção ambiental.

**Tabela 2: Classificação Do Grau De Percepção Ambiental Da Amostra**

Grau de percepção em relação às questões ambientais	Valores
A ) Possui alta percepção ambiental	Entre 3,3 e 4,0
<b>B ) Possui percepção ambiental</b>	<b>Entre 2,5 e 3,2</b>
C ) Possui potenciais traços de percepção ambiental	Entre 1,7 e 2,4
D ) Possui poucos traços de percepção ambiental	Entre 0,9 e 1,6
E ) Não possui percepção ambiental	Entre 0,8

Fonte: Brandalise, 2006, p.123.

Calculou-se o grau de consumo consciente como mostrado no tópico abaixo.

### 4.3 GRAU DE CONSUMO CONSCIENTE

Na presente seção foram abordados os comportamentos dos sujeitos pesquisados em relação ao comportamento diante das compras de recursos menos ofensivos ao meio ambiente. O Quadro 2 mostra o somatório das respostas.

**Quadro 2: Frequência Das Respostas Sobre Consumo Consciente**

CONSUMO CONSCIENTE	1 DT	2 DP	3 NEU	4 CP	5 CT
23.Eu considero a variável ambiental quando compro um produto	25	16	41	15	12

24.Ao comprar, eu me deixo influenciar pela propaganda, pelos amigos ou pela família em relação às questões ambientais	22	15	29	21	22
25.Ao comprar, eu procuro saber se o fabricante pratica ações ambientais	40	20	32	12	5
26.Antes da compra eu verifico rótulos e embalagens, para identificar um 'produto' ecologicamente correto	37	22	28	12	10
27.Eu procuro comprar produtos e/ou embalagens fabricados com material reciclado ou que tem potencial para serem reciclados	30	20	31	20	8
28.Eu me disponho a pagar mais por um produto ecologicamente correto	32	15	29	19	14
29.Eu me disponho a mudar de marca de produto para auxiliar na conservação do meio ambiente	23	11	30	29	16
30.Eu não compro um produto ao saber sobre os possíveis danos que ele pode causar ao meio ambiente	17	16	29	28	18
31.Sempre quando possível, eu escolho produtos que causem menor poluição	11	12	25	37	24
32.Quando eu tenho que escolher entre dois produtos similares, sempre escolho aquele que é menos prejudicial às outras pessoas e ao meio ambiente	12	14	32	20	31
33.Eu não compro produtos que podem causar a extinção de espécies vegetais e animais	10	15	40	12	32
34.Quando eu compro produtos e alimentos as preocupações com o meio ambiente interferem na minha decisão de compra	18	20	34	25	12
35.Eu sempre faço um esforço para reduzir o uso de produtos feitos com recursos naturais escassos	12	13	31	35	18
36.Sempre que possível, eu procuro comprar produtos com embalagens reutilizáveis	12	6	36	30	25
37.Normalmente eu compro o produto mais barato, mesmo sabendo que ele prejudica o meio ambiente	13	18	25	27	26
38.Sempre que possível, compro produtos feitos com material reciclado	13	17	40	20	19
39.Já convenci amigos e parentes a não comprarem produtos que prejudicam o meio ambiente	28	23	22	18	18
40.Já troquei ou deixei de usar produtos por razões ecológicas	25	19	29	21	15
TOTAL	E=380	D=292	C=563	B=401	A=325

Fonte: Brandalise, 2006, p. 175-176; Palma, 2005, p. 68-69.

A Tabela 2 mostra o somatório e a alocação dos pesos das respostas providas das questões de número 23 a 40.

**Tabela 3: Alocação De Pesos E Elaboração Do Grau De Consumo Consciente**

(a) Nº DE RESPOSTAS	(b) VALORES	(aXb) RESULTADO
A=325	4	1300
B=401	3	1203
C=563	2	1126
D=292	1	292
E=380	0	0
(c) SOMA DOS RESULTADOS		3921
(d) Nº DE QUESTÕES		1962

( e=c/d) RESULTADO	1,99
--------------------	------

Fonte: Brandalise, 2006, p.123.

O resultado obtido foi de 1,99 e de acordo com a escala criada por Brandalise (2006), portanto, os estudantes apresentaram potencial possibilidade de tornarem-se consumidores conscientes. Ver no quadro abaixo.

**Tabela 4: Classificação Do Grau De Consumo Consciente Da Amostra**

Grau de percepção em relação ao consumo consciente	Valores
A ) Consumidor consciente	Entre 3,3 e 4,0
B ) Grande possibilidade de tornar-se consumidor consciente	Entre 2,5 e 3,2
<b>C ) Potencial possibilidade de tornar-se consumidor consciente</b>	<b>Entre 1,7 e 2,4</b>
D ) Fraca possibilidade de tornar-se consumidor consciente	Entre 0,9 e 1,6
E ) Não é um consumidor consciente	Entre 0,8

Fonte: Brandalise, 2006, p.144. - adaptado pelas autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar se os alunos do Ensino Médio de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí possuem percepção ambiental e descobrir também o grau de consumo consciente. Justificou-se este estudo pela necessidade de saber os graus referidos anteriormente e os comportamentos dos jovens quanto ao meio ambiente, que no mais tardar se tornarão consumidores mais ativos

Através da utilização do método VAPERCOM, provou-se que os alunos possuem percepção ambiental, pois, no cálculo deste o resultado obtido foi 3,09, correspondendo à faixa que possuem esta. Vale ressaltar que os sujeitos podem desenvolver mais esse ponto da percepção com o auxílio do referido Instituto ao conscientizá-los em relação aos problemas ambientais, em consequência, a possibilidade de se tornarem indivíduos com alta percepção ambiental.

Em relação ao grau de consumo consciente, o resultado final obtido pelo VAPERCOM foi de 1,99. Este representou que os sujeitos tem potencial possibilidade de se tornarem consumidores conscientes. Ou seja é possível que esses futuros consumidores levem em consideração as questões ambientais, como reduzir o uso de produtos feitos com recursos naturais escassos.

Houve limitação na pesquisa: foram aplicados 111 questionários, contudo, dois respondentes apenas marcaram o gênero e demais afirmativas ficaram sem resposta.

Devido a possível influência para o cálculo dos graus, optou-se por excluí-los da amostra. Como estudo futuro, pode-se fazer uma comparação entre a percepção ambiental e consumo consciente entre Escolas Públicas Federais e Escolas Privadas, a fim de saber se há semelhança ou diferença nos graus abordados na presente pesquisa.

## 5 REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ALDO, R. G., GUILLERMINA, F. La educación ambiental: un instrumento para el turismo sustentable. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. X, n. 2, p. 296 - 312, dez., 2013.

BACHA, M. de L.; STREHLAU, V. I., SCHAUN, A. CONSUMIDOR CONSCIENTE DA RENDA BAIXA: UMA PROPOSTA DE SEGMENTAÇÃO. **Revista Brasileira de Marketing- REMark**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 67-82, set./dez., 2011.

BEZERRA, M. do C. de L., FACCHINA, M. M., RIBAS, Ot. T. **Agenda 21 Brasileira: resultado da Consulta Nacional**. Brasília MMA/PNUD, 2002.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS DA USP. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972.**, 2019. Disponível em: [www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html). Recuperado em: 25 jul, 2019.

BIERWAGEN, M. Y. Ideologização do Consumo Consciente: Soberania do Consumidor e Liberdade de Escolha no Caso do Instituto Akatu. **Revista Gestão.org**. v. 14, Edição Especial, p. 75-87. 2016. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg>. Recuperado em: 30 jun, 2019.

BORELLI, F. C., HEMAIS, M. W., DIAS, P. I. R. C. Ecológicos ou controlados? construindo discursivamente o consumidor consciente. **Revista Brasileira de Marketing- REMark**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 18-42, maio/ago, 2012.

BRAGHIROLI, E. M., BISI, G. P., RIZZON, L. A., NICOLETTO, U. **Psicologia geral**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRANDALISE, L. T. **Modelo de suporte à gestão organizacional com base No comportamento do consumidor considerando sua Percepção da variável ambiental nas etapas da Análise do ciclo de vida do produto**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A., DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLTRO, A., KRUGLIANSKAS, I. Estímulos de mercado às ações institucionais socioambientais: os selos de qualidade assegurada são decodificados? **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 61-77, outubro/dezembro, 2006.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Brooks, 2001.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DE MORAES, K. G. **Obsolescência planejada e direito**: (in) sustentabilidade do consumo à produção de resíduos. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

DE OLIVEIRA, S. L. **Sociologia das organizações**: uma análise do Homem e das Empresas no Ambiente Competitivo. 1. Ed. 6. Reimp. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

DE OLIVEIRA, V. M., CORREIA, S. É. N., GOMEZ, C. R. P. Escala de consumo sustentável: um estudo comparativo entre alunos e professores da universidade federal de campina grande – PB. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 89-105, set./nov, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35049/escala-de-consumo-sustentavel--um-estudo-comparativo-entre-alunos-e-professores-da-universidade-federal-de-campina-grande---pb>. Recuperado em: 29 jun, 2019.

DE OLIVEIRA, V. M., CORREIA, S. É. N., GOMEZ, C. R. P. Cultura de Consumo, Sustentabilidade e Práticas Empresariais: Como as Empresas Podem Contribuir para Promover o valor Simbólico da Sustentabilidade nas Atividades de Consumo? **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. Vol. 5, N. 1. Janeiro./Abril, 2016.

DE TONY, D., LARENTIS, F, MATTIA, A. UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA IMAGEM DO CONCEITO DE CONSUMO CONSCIENTE. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 6, n. 3, p.116-131. set./dez, 2012.

DUARTE, R. G., BASTOS, A. T., DE OLIVEIRA, F. C., SENA, A. P. Educação Ambiental na Convivência com o Semiárido: Ações Desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. Vol. 4, N. 1. Janeiro./Abril, 2015.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Carta de Belgrado**. 2019. Disponível em: < <http://www.fzb.rs.gov.br/> >. Recuperado em: 11 ago, 2019.

KOTLER, P., ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. Tradução: Sabrina Cairo. Revisão técnica: Dilson Gabriel dos Santos e Francisco Alvarez.Ed. 15. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LUCCA, E. J., BRUM, A. L. Educação Ambiental: como implantá-la no meio rural? **RAIMED - Revista de Administração IMED**, 3(1), p. 33-42, 2013.

LEI Nº 9.795. DE 27 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Recuperado em: 18 set, 2019.

LIMA, P. H. de G., FERREIRA, T. C., BEZERRA, Y. M. de S.; Feitosa, M. J. da S., & Gómez, C. R. P. Consumo consciente: um estudo com estudantes do curso de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica Serra Talhada. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 6, n. 2, p. 97-108, 2015.

MAGERA, M. **Os caminhos do lixo**: da obsolescência programada à logística reversa. Campinas, SP: Editora Átomo, 2015.

NOGUEIRA, C. S., CLARO, J. A. C. dos S. Sustentabilidade e consumo consciente e sua relação com o desenvolvimento econômico da região metropolitana da baixada santista. **Revista Pensamento & Realidade**. Ano XV. v. 27 n. 3, 2012.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – ProNEA, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, Ministério da Educação. **Coordenação Geral de Educação Ambiental**. - 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SILVA, G. B., MARACAJÁ, K. F. A educação ambiental e a educação turística no ensino fundamental na Escola Estadual Quintino Bocaiúva e Escola Municipal Professora Palmira Barbosa em Santa Cruz (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n.3, p.272-286, dez. 2012.